

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA ATA N.º 4 DE 25/02/2022

No dia 25 de fevereiro de 2022, reuniu, pelas 20:30 horas, no Auditório Municipal de Castelo de Paiva em sessão ordinária, a Assembleia Municipal (AM), com a seguinte ordem de trabalhos:

Período Antes da Ordem do dia

1. Informações gerais e expediente.
2. Votação da ata da reunião ordinária de 27 de dezembro de 2021.
3. Assuntos gerais de interesse municipal.
4. Apreciação da informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.

Período de Intervenção do Público

5. Intervenção do Público

Período da Ordem do dia

6. Apreciação e deliberação sobre Proposta de Regimento da Assembleia Municipal e Regulamento de Transmissão em Direto das Reuniões das AM.
 - 6.1. Votação da Proposta de Regimento Assembleia Municipal
 - 6.2. Votação da Proposta de Regulamento de Transmissão em Direto das Reuniões da AM.
7. Apreciação e deliberação - Conselho Municipal da Saúde.
 - 7.1. Revogação da Deliberação da AM de 26/11/2021 - Eleição dos representantes da AM na Comissão Municipal de Acompanhamento da Saúde.
 - 7.2. Votação do Regimento do Conselho Municipal da Saúde.
 - 7.3. Eleição do Presidente da Junta de Freguesia para representação das Freguesias no Conselho Municipal da Saúde.
8. Apreciação e deliberação de proposta de prorrogação do prazo de transferência das competências para o Município no domínio da ação social.

*W
Ana Raquel*



Fls. _____

9. Apreciação e deliberação de recomendação à CM - Parque das Tílias e espaços adjacentes.

10. Informação para apreciação e conhecimento da AM:

10.1. Declaração de Compromissos Plurianuais.

10.2. Listagem de Compromissos Plurianuais – 4.º trimestre de 2021.

10.3. Declaração de Pagamentos em Atraso – ano de 2021.

10.4. Declaração de Recebimentos em Atraso – ano de 2021.

10.5. Relatório de Atividade da CPCJ de Castelo de Paiva – 2021.

Período de Intervenção do Público

11. Intervenção do Público.

Mesa:

Presidente: Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira

Primeiro Secretário: António Pedro Maldonado Martins de Carvalho

Segunda Secretária: Ana Margarida Pinto da Rocha

Membros Eleitos presentes na sessão:

- Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira (GMPSD);
- José António da Costa Moreira da Rocha, em substituição de Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus (GMPS);
- António Pedro Maldonado Martins de Carvalho (GMPSD);
- Manuel António da Rocha Pereira (GMPS);
- Jorge Humberto Castro Rocha Quintas (GMMPM);
- Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira (GMPSD);
- Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro (GMPS);
- Paulo Ramalheira Teixeira (UCPT);
- Carlos Filipe Gonçalves Trindade (GMPSD);
- Filipe Miguel de Sousa da Costa, em substituição de Manuel António Fernandes Mendes (GMPS);
- António Luis da Costa Esteves (GMPSD);
- Rodrigo António Joaquina Pereira, em substituição de Sílvia Raquel Amaral da Cruz (GMMPM);
- António da Silva Pinto (GMPS);

- Ana Margarida Pinto da Rocha (GMPSD);
- Giselda Martins de Sousa Neves (GMPS);
- Paulo Carlos Alves Vieira (UCPT);
- Manuel José Soares Marçal (GMPSD);
- João Luiz da Silva Vieira (GMMPM);
- Ângelo Soares Fernandes (GMPS);
- Inês Duarte da Silva Martins (GMPSD);
- José Vieira Gonçalves (GMPS).

Presidentes de Junta de Freguesia presentes na sessão:

- António da Costa e Cunha (GMPSD);
- Joaquim Luiz Vieira Martins (GMPS);
- José António de Sousa Teixeira, em substituição do Presidente da Junta de Freguesia (GMPS);
- Francisco Manuel Fernandes Silva (GMPSD);
- Carlos Manuel da Silva Moreira (GMPSD);
- Carlos Alberto Moreira da Rocha (GMMPM).

Elementos da Câmara Municipal (CM) presentes na sessão:

Presidente da Câmara: José Duarte de Sousa e Rocha

Vereadores: José António Santos Vilela, Liliana Catarina Martins Vieira, José Manuel Moreira de Carvalho, António dos Santos Rodrigues, Vitor Manuel Quintas Pinho e Ricardo Jorge Martins Alves.

Verificada a existencia de quórum Sr. Presidente da AM declarou aberta a sessão pelas 20:35 horas.

O Sr. Presidente da AM deu nota dos seguintes pedidos de substituição para a presente sessão:

- Sílvia Raquel Amaral da Cruz, eleita pelo MPM, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, substituída pelo membro Rodrigo António Joaquina Pereira, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.º da referida Lei.

- Manuel António Fernandes Mendes, eleito pelo PS, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, substituído pelo membro Rodrigo Filipe Miguel de Sousa da Costa, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.º da referida Lei.

Deu também nota que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura, Ricardo Cardoso, se fez substituir pelo Sr. José António de Sousa Teixeira.

Período Antes da Ordem do dia

1. Informações gerais e expediente.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dar conhecimento que se realizou no passado dia 26 de janeiro a 1.ª reunião da “Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”, tendo sido eleito Presidente da Mesa o Sr. José da Silva Campos, que é o Presidente da Assembleia Municipal de Felgueiras.

Deu também conhecimento que a recomendação que a Assembleia Municipal fez à Câmara Municipal para que no âmbito da adesão da AM à “ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais”, pudesse o Presidente da AM representar o Município, que esse pedido de adesão não foi aprovado pelo executivo municipal. Disse que, assim sendo, no assunto está resolvido para este mandato, e que a AM não adere assim à “ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais”.

Deu uma nota de apreço ao Sr. Presidente da Câmara e aos Senhores Vereadores, que tendo visto que não havia da parte da maioria quer pela expressão dos votos, quer pelos contributos que foram dados na reunião de Câmara, uma maioria que estivesse de acordo com esta adesão, se abstiveram na votação, dando voz à maioria.

Referiu que da parte da Mesa, e da sua, não há qualquer problema com isso, dado que trouxeram o assunto à AM, única e exclusivamente para dar seguimento a uma série de comunicações que estavam reiteradamente a receber da “ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais”,



*WV
Ana Paula*

Fls. 36

para que fosse dada uma resposta em relação à adesão, tendo informado que já foi comunicada à Associação que a AM não vai aderir neste mandato.

Concluiu, referindo que conforme já tinha informado os líderes municipais na reunião da Conferência de Líderes, estendia aos membros da AM um pedido de contributos para as cerimónias de comemoração do 25 de Abril de 1974.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para dizer que em relação à correspondência recebida, que é necessário corrigir o nome do Sr. Manuel Freitas de Azevedo.

Questionou o que é que a Câmara Municipal tem a dizer sobre o ofício recebido pela AM, proveniente da munícipe Cristina Vasconcelos. Disse que gostaria de ouvir o que é que o Sr. Vereador José Manuel Carvalho tem a dizer sobre este assunto, uma vez que é visado relativamente a um ofício que terá assinado, informando a Munícipe que o assunto viria à AM.

Relativamente à correspondência expedida, disse que em relação ao último Conselho Municipal da Educação, no qual a AM tem dois membros representantes, gostava de saber se é gralha, ou se na última reunião só esteve um dos membros. Disse que era bom que a AM fosse informada do que se passou naquele órgão.

Deu nota que o documento não refere o seu novo pedido para consultar o processo existente no gabinete jurídico relativamente ao parecer emitido pelo Dr. Gil Moreira dos Santos.

Solicitou que no mapa da correspondência expedida e recebida se coloquem as respetivas datas para facilitar a análise da informação.

Quanto à representação da AM, disse que o 1.º Secretário da Mesa justificou a sua ausência na reunião da Conferência de Líderes de 16.2.2022, daí não poder constar deste mapa como estando presente.

O Sr. Presidente da AM interveio novamente para dizer que iam ser feitas as correções aos documentos relativos à correspondência enviada e

recebida, e que na próxima relação dessa correspondência serão incluídas as respetivas datas.

Sobre a carta enviada pela munícipe Cristina Vasconcelos, disse que naquilo a que à AM diz respeito, a munícipe pedia para que fosse agendado um ponto sobre a revisão do “PDM – Plano - Diretor Municipal”, tendo informado que se respondeu que essa competência não era da AM, pelo que teria de ser a Câmara Municipal, se assim o entendesse, a fazer um pedido de revisão do plano e, posteriormente, trazê-lo à AM.

Em relação à menção feita ao Vereador José Manuel Carvalho, disse que teria de ser visto junto do executivo municipal, não sabendo se o Vereador teria acesso a documentação que lhe permitisse agora, se quisesse, responder.

Deliberação: A AM tomou conhecimento.

2. Votação da ata da reunião ordinária de 27 de dezembro.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para dizer que há uma intervenção do Sr. Presidente da Câmara que, conforme está, altera o conteúdo do que quereria referir (página 29) a propósito das obras na antiga escola EB2/3, e citou: “... deu nota que em relação à requalificação da antiga escola EB2/3 que a obra não poderá ser realizada ...”, mas que à frente diz que a obra é para concretizar. Disse que ficar assim na ata pode levar a outras interpretações, apesar de não lhe competir a si fazer a alteração.

O Sr. Presidente da AM perguntou qual era a proposta de alteração?

O membro Paulo Teixeira (UCPT) respondeu que não é ele que deve alterar, mas que não é aquilo que o Sr. Presidente da Câmara quis dizer, até porque corrigiu à frente.

O Sr. Presidente da AM disse que uma vez que não se trata de uma proposta concreta de alteração, vai-se votar conforme está.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) interveio novamente para dizer que as perguntas que fez na última AM não foram respondidas na sua quase totalidade, pelo que, uma vez que a ata não reflete aquilo que perguntou,

designadamente, a questão do “Paiva a pé”; da piscina da Póvoa; quais os ativos imobiliários a alienar em 2022; a consulta do “Mapa das Responsabilidades Contingentes” de 2022...

O Sr. Presidente da AM interrompeu a intervenção do membro Paulo Teixeira (UCPT) para dizer que não estava a perceber se estava a fazer uma proposta de alteração à ata.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) respondeu que não. Disse que se constarem da ata as respostas que o Sr. Presidente da Câmara pode ter trazido, que aprova a ata, porque senão, não a pode aprovar.

O Sr. Presidente da AM disse que se o membro Paulo Teixeira (UCPT) tiver alguma proposta concreta deve transmiti-la, não a tendo, vai-se votar o texto que foi partilhado com todos e cada um vota conforme achar que deve votar.

Deliberação: Apreciada e aprovada por maioria, pelos membros presentes na dita reunião, com um voto contra do membro Paulo Teixeira (UCPT) e uma abstenção do membro Paulo Vieira (UCPT).

3. Assuntos gerais de interesse municipal.

O membro Manuel Marçal (GMPSD) usou da palavra para enaltecer o início da empreitada de construção da rotunda do Côto, colocando-se assim um fim a um ponto negro das nossas vias municipais. Chamou a atenção para a sinalização da obra que à noite é um pouco confusa.

Deu os parabéns ao Sporting Clube Paivenses por se ter classificado em primeiro lugar na primeira fase da zona norte do campeonato de futebol de elite da Associação de Futebol de Aveiro.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Carlos Rocha (GMMPPM), usou da palavra para manifestar o seu repúdio pela invasão da Rússia à Ucrânia, tendo também manifestado toda a sua solidariedade para com o povo ucraniano.

Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que intervenha junto da empresa “Infraestruturas de Portugal” relativamente ao troço da variante à EN 222-1, entre o viaduto da Raiva e o viaduto de Terramonte, porque em dias de

nevoeiro a circulação torna-se quase impossível, dado que a tinta da faixa de rodagem desapareceu quase por completo.

Disse que a obra da Rua Mário Sacramento de requalificação teve pouco. Perguntou porque é que o passeio entre o lugar do Passal e a Rua Emídio Navarro foi interrompido em cerca de 40 metros, tendo solicitado ao Sr. Presidente da Câmara que mandasse projetar um passeio novo.

Informou que depois de dois anos de interregno devido à pandemia causada pelo vírus “SARS-COV-2”, a freguesia de Real vai retomar a sua “Mostra de Vinhos e Produtos Rurais de Real”. Disse que a iniciativa vai realizar-se nos dias 9 e 10 de abril com o apoio da Câmara Municipal, tendo dirigido um convite a todos os Paivenses para que marquem a sua presença.

O membro Fátima Strecht (GMPS) usou da palavra para se congratular com a vitória do PS nas eleições legislativas, que significa, pela forma expressiva da participação dos eleitores e do sentido de voto, que escolheram o saber, a experiência e a responsabilidade. Disse que terá ficado explícito que as eleições são um ato cívico da maior responsabilidade.

Informou que faz parte da lista do PS por Aveiro encabeçada pelo Dr. Pedro Nuno Santos, pelo que tudo fará pela concretização da obra de conclusão da Variante à EN 222-1.

Deu nota que o executivo municipal, e bem, não realizou a feira quinzenal de Sobrado de 6 de janeiro devido à situação pandémica causada pelo vírus “SARS-COV-2”. Disse que, inexplicavelmente, a feira quinzenal de 21 de janeiro, a escassos 9 dias das eleições legislativas, foi realizada, numa altura em que os dados que tinham era de que o concelho de Castelo de Paiva tinha um número crescente de casos de infecção.

Perguntou se a realização da feira quinzenal de 21 de janeiro teve a ver com eventuais ações de campanha que estariam agendadas para essa feira (eleições legislativas de 30 de janeiro)?

Agradeceu ao Sr. Vice-Presidente da Câmara por ter mandado marcar uma passadeira no lugar da Ranha.

Alertou para o facto de na Rua Direita já existirem novamente pedras soltas (veículo dos CTT continua a circular naquela rua), depois do empreiteiro ter recolocado outras pedras no local. Disse que já lhe disseram que poderão ocorrer em breve estragos em viaturas e, eventualmente, magoar pessoas.

Concluiu, referindo que aquele piso não está adaptado para a circulação de veículos pesados.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para propor um voto de pesar pelo falecimento da D.^a Damascena Augusta Nogueira da Costa, nos seguintes termos:

“- Damascena Augusta Nogueira da Costa nasceu em Pedorido, a 8 de abril de 1931, foi casada e teve dois filhos. Em 19 de Abril de 1991, foi fundadora e Presidente da ARPIP-Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Pedorido e também foi autarca.

Foi a primeira mulher a fazer parte da Assembleia de Freguesia de Pedorido, tendo sido eleita nas listas do PSD, no mandato autárquico de 1982-1985.

Mais tarde representou o PSD na Assembleia Municipal nos mandatos 1997-2001 e 2001-2005, pessoa com a qual tive o privilégio de trabalhar, neste Órgão Autárquico.

Teve uma vida dedicada às causas sociais e apresento a esta Assembleia um Voto de pesar pelo seu falecimento no passado dia 21 de fevereiro, propondo que o mesmo seja colocado à votação.”

Relativamente ao Cavalete do Fojo, disse que gostava de poder consultar o projeto e saber quem foi o autor do mesmo.

Perguntou se a beneficiação e o alargamento do acesso estão contemplados no concurso agora aberto ou se a empreitada é só a valorização do edifício; se a parte elétrica está acutelada; se o aumento do valor do anterior projeto para este se deveu a alguma alteração do projeto; se este projeto contempla a gestão das águas e do saneamento; se a retirada do amianto existente no telhado foi contemplada, ou se vai acontecer como na escola EB 1 de

Oliveira do Arda em que a obra teve parada, porque não foi previsto isso quando a empreitada foi a concurso?

Sobre o entulho retirado das obras em curso no edifício “Marmoiral”, disse que afinal tinha razão aquando da sua intervenção de dezembro, contrariamente à resposta que o Sr. Presidente da Câmara aqui lhe deu. Disse que as centenas de toneladas de entulho que saíram daquele prédio foram depositadas na UF de Sobrado e Bairros, em mais do que um local, e que mais recentemente estão a ser levadas para um terreno particular em Lustosa.

Perguntou se o Sr. Presidente da Câmara já tem uma resposta para a pergunta que aqui lhe fez: a licença atual do prédio não contemplava demolições, e afinal saíram dali centenas de toneladas de entulho, tendo perguntado que resposta tem a Câmara Municipal para esta situação?

Referiu que gostava que a Câmara Municipal disponibilizasse as guias de depósito desse entulho, pois esta é uma das competências que tem a Câmara Municipal.

Solicitou um ponto de situação do projeto para a construção do IC35.

Referindo-se ao “Centro de Formação Profissional do Tâmega e Sousa”, disse que em janeiro de 2022 foi anunciada a construção de um mega equipamento em Lousada, para servir toda a “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”. Informou que apurou que a sua localização foi aprovada na “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” no final do último mandato autárquico, tendo perguntado qual foi a posição do Município de Castelo de Paiva; se podemos continuar a sonhar que nas instalações do “CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas” possamos vir a ter algo no género; qual o ponto de situação das instalações do “CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas” que arderam em 2020?

Saudou a iniciativa do Sr. Presidente da Câmara de ter agendado a Carta Educativa para o último Conselho Municipal da Educação, uma vez que se

está perante um documento completamente desatualizado e homologado em 20.12.2006.

Saudou também, conforme sugeriu na última AM, o reconhecimento da necessidade imperiosa de um debate profundo sobre a educação para o futuro em Castelo de Paiva, e que mereceu a concordância de muitos dos conselheiros que fazem parte do Conselho Municipal de Educação.

Em relação à toponímia, disse que tal como fez noutro fórum, chamava a atenção da Câmara Municipal e da “Comissão Municipal de Toponímia”, se existir, para a necessidade de se reverem alguns dos nomes atribuídos a ruas na sede do concelho que terão, de acordo com a sua opinião de ser alteradas.

Defendeu que o Dr. Mário Soares e o Dr. Justino Strecht Ribeiro mereciam ruas melhores do que as que lhe foram atribuídas.

Referiu que por incrível que possa parecer, as cinco vias que ladeiam o parque da Feira Quinzenal têm quatro nomes atribuídos: Dr. Mário Soares, recebido como Primeiro-Ministro e Presidente da República em Castelo de Paiva; a Rua Dr. Justino Strecht Ribeiro; a Rua da Feira e a Rua 25 de Abril.

Defendeu que faz mais sentido e confere mais dignidade, que a Rua Dr. Justino Strecht seja a rua onde viveu a maior parte da sua vida e onde faleceu, e que hoje tem o nome de Emídio Navarro. Disse que, pelo que sabe, este último nunca terá estado em Castelo de Paiva, seria somente o ministro das Obras Públicas quando foi inaugurada a Ponte Hintze Ribeiro e o edifício dos Paços do Concelho.

O Sr. Presidente da Freguesia de S. Martinho de Sardoura, Francisco Silva (GMPSD), usou da palavra para dizer que nas reuniões que a Câmara Municipal realizou com as Juntas de Freguesia para a elaboração do Orçamento, foram previstas para a sua freguesia três obras em vias rodoviárias e a substituição de um depósito de água que é urgente.

Questionou se há planeamento para a realização destas obras e se serão feitas em tempo útil; o ponto de situação das fossas da Adroia.

Disse que durante oito anos foi crítico de várias estratégias e decisões tomadas pelo anterior executivo municipal, esperando, tal como os Paivenses esperam, que não sejam cometidos os mesmos erros do passado, porque senão estará aqui para defender Castelo de Paiva e uma estratégia nova para o concelho.

O membro Rocha Pereira (GMPS) usou da palavra para se referir a uma deliberação tomada pela AM em 26 de novembro de 2021 a propósito de uma proposta da Mesa para a adesão à “ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais”.

Referiu que depois do Sr. Presidente da AM ter dito o que disse (pensa não ter interpretado mal) sobre a nota de apreço à Câmara Municipal pelo facto de, pela abstenção, ter rejeitado uma proposta aprovada pela Assembleia Municipal que contou com o voto favorável do GMPSD, que isso merece ser objeto de reflexão por parte de todos os membros da AM, porque, na sua opinião, e na perspetiva do GMPS, o Presidente da Mesa da AM tem de ser o principal garante das deliberações da Assembleia Municipal, que devem ser respeitadas e cumpridas. Disse que se votaram favoravelmente uma matéria, e o Sr. Presidente da AM ainda se congratula pelo facto do executivo municipal a ter inviabilizado, há alguma coisa que não entende, pelo que o GMPS não podia deixar de manifestar a sua profunda perplexidade relativamente a esta matéria.

Salientou que importa não esquecer quem é que agendou o assunto, a Mesa. Se propôs, disse, ou acreditava na sua proposta, conforme voto favorável do GMPSD, ou se não acreditava não agendava o assunto, tendo assinalado o que considerava ser a falta de coerência do Sr. Presidente da AM.

Referiu que poder-se-á discutir se o assunto foi suscitado da forma mais adequada, mas se calhar o modo como a Mesa (se calhar, mal) abordou o assunto, o que se passou terá de registar o seu inconformismo, porque isto é muito importante do ponto vista político, reiterando que a AM tem de ter um Presidente da Mesa que seja o primeiro a defender os membros da AM,



*John -
Ana Paula*

Fls. 40

que defende os interesses da AM, porque se em vez disso, o Presidente da AM pretende proteger, seja o interesse do Sr. Presidente da Câmara, ou do partido dele na Câmara Municipal, tem de repensar se está no local certo, dado que isto, do ponto de vista político, é muito sério.

Lembrou que na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal não há nenhuma força política com maioria absoluta, e que isso, em democracia, tem de ser entendido e de ser levado à prática coerentemente, porque daqui resulta uma outra questão: já sabem o que é que se passou, a Assembleia aprovou e a Câmara rejeitou.

Questionou o que acontecerá se amanhã acontecer o contrário, ou seja, se a Assembleia Municipal, democraticamente, decidir chumbar uma proposta aprovada pela Câmara Municipal, se a reação de quem agora se congratulou com esse chumbo vai ser a mesma.

Concluiu, referindo que para o PS isto é matéria não finda, porque há questões políticas que devem ser refletidas por esta casa da democracia.

O membro João Vieira (GMMPP) usou da palavra para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara para quando é que está prevista a conclusão das obras de Curvite, uma vez que estão a causar alguns transtornos aos moradores.

Perguntou também porque é que obra não contempla os passeios?

Deu nota da colocação de um sinal de trânsito proibido no alto de Vegide, o que impede os moradores de descer a rua e dar uma volta de mais de 2 km para se deslocarem a S. Martinho. Reconheceu que a estrada é estreita, mas que bastava colocar um sinal de sentido único.

Informou que o Chafariz que data de 1894 (deveria ser classificado de interesse municipal) está a verter água, merecendo outra dignidade.

Referiu que o Emídio Navarro foi uma das pessoas mais importantes de Castelo de Paiva, porque nessa altura o Conde de Castelo de Paiva cedeu o seu círculo de Oliveira de Azeméis e de Vale de Cambra ao Emídio Navarro, que por sua vez se sentiu na obrigação de ajudar o Conde de

Castelo de Paiva. Disse que nesse propósito, se o Conde de Castelo de Paiva fez muitas obras deve-se ao Emídio Navarro.

Salientou que nada tem contra o Dr. Justino Strecht, mas a Rua Emídio Navarro está certa no local em que está.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, Carlos Coelho (GMPSD), usou da palavra para agradecer a disponibilidade do Sr. Vice-Presidente da Câmara e da Vereadora Liliana Vieira para se deslocarem à freguesia para se inteirarem dos problemas que ali existem. Agradeceu também ao Sr. Vice-Presidente da Câmara a resolução de alguns desses problemas.

Alertou para a necessidade de se agendar uma reunião com a empresa “Simdouro”, para se resolver um problema antigo no lugar do Castelo relacionado com o despejo do saneamento a céu aberto perto da Lixa.

O membro Ângelo Fernandes (GMPS) usou da palavra para solicitar um ponto de situação da obra de requalificação da Ponte Centenária de Pedorido e o porquê de as obras terem parado. Perguntou para quando é que está prevista a conclusão da obra?

Sobre a rotunda do Côto, disse que todas as obras que sejam executadas no concelho são uma mais-valia, mas que sabendo-se que é um projeto do anterior executivo municipal, que não ficava mal reconhece-lo.

Disse que no atual contexto de seca pode a qualquer momento acontecer um incêndio, tendo perguntado se já estão a ser feitas as limpezas das faixas de gestão de combustível.

Sugeriu o aproveitamento das linhas de água para promover o armazenamento de água durante o inverno, e que sejam feitas ações de sensibilização para a poupança de água.

O membro Rodrigo Pereira (GMMPP) usou da palavra para deixar uma nota de repúdio pelo ataque da Rússia à Ucrânia na tentativa de tomar conta de um país independente, por uma Rússia que não olha a meios para atingir os seus fins.

Referiu que houve uma fase de doze anos em que o PS dizia que não podia fazer mais devido à herança pesada que herdou. Disse que lhe pareceu, aquando da tomada de posse, que a Câmara Municipal recebeu uma herança que não era pesada, que era boa, de cerca de 700.000,00€.

Pediu ao Sr. Presidente da Câmara que lhe explicasse a sua mensagem publicada no portal da Câmara Municipal, que no penúltimo parágrafo diz assim, e citou: “Para isso, esperamos da Assembleia Municipal, das Juntas de Freguesia e dos autarcas em geral, uma participação ativa e responsável, imprescindível na ação de ultrapassar as sérias dificuldades em que o Município nos foi deixado.”

Questionou que dificuldades enormes é que o Município recebeu, tendo o Sr. Presidente da Câmara recebido uma herança de 700.000,00? Disse que lhe parece que não, que deixar 700.000,00 na Câmara Municipal não é tão mau como quando o PSD entregou a autarquia ao PS (queixaram-se durante 12 anos). Referiu que é um mau augúrio, porque lhe parece que vão ouvir o mesmo que ouviram do PS.

Deu nota que a rotunda do Côto é uma obra indispensável, mas que há muita falta de luz à noite, sugerindo que a “GNR – Guarda Nacional Republicana” podia passar no local mesmo durante o dia, porque a obra não está muito bem sinalizada e poderá haver ali algum problema um dia destes. Disse que tem de ser justo, porque foi uma obra da autoria do PS, mas quem colhe os frutos é o PSD, tendo dado os parabéns ao PS.

Informou que em 1976 foi eleito Presidente da Junta de Freguesia de Sobrado, e que já nessa altura se falava, e era prometido, o saneamento; já se falava em ter um novo projeto para a estrada que vai da Ladroeira ao rio Paiva, a Várzea, que está em péssimas condições, pelo que convinha dar a mão a essa obra.

Concluiu, referindo que o campo de jogos da Soalheira está em muito mau estado, e que se encontram dois veículos no parque público envolvente praticamente destruídos.

O membro Carlos Trindade (GMPSD) usou da palavra para dizer que saberão respeitar o resultado das eleições legislativas, não esquecendo que palavra dada é palavra honrada.

Disse que relativamente ao “Zé Albino”, que espera que por desgraça não seja abandonado em Castelo de Paiva e que tenha de ir para o nosso canil/gatil, porque da lotação daquele canil, Castelo Paiva só tem direito a 33% e Cinfães a 66%, tendo o Município de Castelo de Paiva suportado os encargos daquela obra, o que é surreal.

Sobre a conclusão da Variante à EN 222, disse que não foi só o Ministro Pedro Nuno Santos que a veio prometer, houve mais figuras do PS que vieram a Castelo de Paiva enganar os Paivenses, prometer aquilo que sabiam que não iam cumprir: palavra dada é palavra honrada.

Deu nota que na obra a decorrer no palácio da Justiça não se acautelaram as regras de higiene e segurança, colocando em causa o trabalho nos serviços que ali estão alojados. Disse que nunca viu fazer uma limpeza naqueles átrios que estão sempre cheios de pó, tendo solicitado ao Sr. Presidente da Câmara que visse o que é que pode fazer ao nível da higiene e segurança.

O membro Jorge Quintas (GMMPM) usou da palavra para manifestar o seu repúdio pela invasão da Ucrânia pela Rússia, considerando que este conflito pode ser muito perigoso para a Europa e para Portugal.

Manifestou o seu agrado pela ampla participação que se tem registado na AM de hoje por parte dos deputados municipais.

Informou que na tomada de posse da “Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” foram informados da existência de uma dívida de 604.000,00 dos Municípios à “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”, tendo sido informado que a dívida corresponde a quotas e da parte a suportar pelos Municípios em projetos co-financiados por fundos comunitários. Pediu um esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara.

Disse que também questionou a “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” a cerca do problema do saneamento em Castelo de Paiva,

e que achou curiosa a resposta que lhe foi dada: a União Europeia defende que as necessidades básicas já deviam estar satisfeitas. Disse que isto é quase a dizer que é preciso termos muito cuidado, porque não haverá o dinheiro que o concelho precisa, merece e estava a contar, tendo dado nota ao Sr. Presidente da Câmara que poderá contar com a colaboração do GMMPM para o que for preciso.

Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se tendo em conta o atual contexto de seca, se a Câmara Municipal está a trabalhar num projeto para a criação de uma reserva estratégica de água no concelho?

Referiu que estão a ser aliviadas as medidas de contenção da pandemia causada pelo vírus “SARS-COV-2”, este ano já vai haver festejo do Carnaval, pelo que perguntava se vai haver o festejo do S. João e se vai ser retomada a “Feira do Vinho Verde, da Gastronomia, do artesanato e do Lavrador”?

Agradeceu o facto de, conforme sugeriu, terem colocado as datas das iniciativas na atividade da Câmara Municipal, tendo solicitado que essas iniciativas/atividades obedeçam a uma ordem cronológica. Disse que na informação também deveria constar a atividade desenvolvida pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara.

Deu nota de uma notícia do “Jornal de Notícias” onde se referia que Castelo de Paiva terá a ligação às autoestradas em 2028 (conclusão à Variante EN 222). Disse que esta obra tem de ser executada muito antes dessa data.

O membro Vanessa Pereira (GMPSD) usou da palavra para manifestar a sua indignação e repúdio perante aquilo que se está a passar na Ucrânia, às portas da Europa.

Disse que não vale a pena estarem a falar em promessas, porque foi membro da Câmara Municipal durante 12 anos e pensa que já estão todos cansados de ouvir as promessas do IC35. Referiu que toda a gente se lembra de em 2009 o Ministro Teixeira do Santos ter vindo ao concelho prometer o IC35, o que não se concretizou, e agora esperam pela conclusão da Variante à EN 222-1, sabendo-se que todos falharam nestas promessas,

pelo que, é importante que todos estejam unidos para lutar para que elas efetivamente se cumpram (o não cumprimento destas promessas trouxe prejuízos graves ao concelho).

Sobre as obras que estão em curso, disse que não interessa se são de a), b) ou c), o que interessa é que são obras feitas pelo Município, independentemente de quem as começa ou quem as acaba.

Deu nota que foi eleita representante da AM no “Conselho da Comunidade do ACES – Agrupamento de Centros de Saúde do Vale do Sousa – Tâmega/Sul”, e esteve presente numa reunião ocorrida no dia 10 de fevereiro, na qual foram discutidas as atividades realizadas em 2021 e o Plano de atividades para 2022. Deu nota que esteve presente em representação da AM, juntamente com a Vereadora Liliana Vieira e com a Professora Giselda Neves (em representação da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens), e que ficaram com a sensação de que o concelho foi posto um pouco de lado relativamente a Paredes e Penafiel, tendo dado o exemplo de sermos o único dos três concelhos que não tem uma “UCC – Unidade de Cuidados à Comunidade”. Disse que essa “UCC – Unidade de Cuidados à Comunidade” é importante, preza por prestar melhores cuidados à população em várias áreas, pelo que é muito importante para o nosso concelho.

Salientou que manifestaram juntamente com a Professora Giselda Neves a sua indignação, deixando uma nota para que no futuro a AM possa fazer força em conjunto com o executivo municipal para que o concelho tenha uma “UCC – Unidade de Cuidados à Comunidade”.

O membro Fátima Strecht (GMPS) interveio novamente para dizer que para que não restassem dúvidas o PS também repudia a atitude da Rússia perante a Ucrânia.

Disse que a intervenção do membro Vanessa Pereira (GMPSD) é que se calhar a levou a aguardar pelas últimas inscrições, sendo que nesta altura as intervenções são já no sentido de escalarpelizar as intervenções dos deputados anteriores.

O membro Jorge Quintas (GMMPP) interveio novamente para perguntar se a Câmara Municipal tem as quotas em dia (“CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”)?

A Vereadora Vanessa Pereira (GMPSD) interveio novamente para dizer que se incomoda muita gente não é problema seu, é de quem fica incomodado, e que da próxima vez não terá problema nenhum em inscrever-se no início, em inscrever-se novamente ou a falar no período destinado ao público.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que quem faz a gestão das intervenções é a Mesa, e que por isso tentaram intercalar as intervenções mediante as inscrições que foram feitas (foi isso o que fizeram). Disse que haverá sempre alguém que fale em primeiro e alguém que fale em último.

Associou-se, bem como a Mesa, ao repúdio perante a agressão da Rússia à Ucrânia.

Associou-se também às felicitações dirigidas ao “Sporting Clube Paivense”.

Sobre a adesão à “ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais”, disse que o que estava em causa era o Município, o órgão Câmara Municipal, dar ao Presidente da AM o poder de representar o Município naquela Associação.

Disse que, por isso, a forma como os trabalhos foram conduzidos pela Mesa foi a correta: a AM aprovou a adesão à “ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais” e recomendou à Câmara Municipal que pudesse o Presidente da AM representar o Município nessa Associação.

Explicou que como os estatutos da “ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais” fazem depender da adesão uma autorização do Município a delegar no Presidente da AM a sua representação nessa Associação (por lei quem representa o Município é o Presidente de Câmara), e como a Associação nos seus estatutos diz que quem representa

o Município é o Presidente da AM, dai a obrigação deste assunto ir à Câmara Municipal para deliberação.

Justificou que o apreço que demonstrou à forma de votação foi no mesmo sentido de que, certamente, se o Sr. Presidente da Câmara e os Vereadores tivessem votado a favor na reunião de Câmara sobre esta adesão, estaria hoje, provavelmente, algum membro a criticar a Câmara Municipal por ter aprovado a adesão a uma Associação, como foi reiterado na própria reunião de Câmara, apenas para o Presidente da AM ter mais um lugar numa entidade qualquer.

Além disso, referiu, se o membro Rocha Pereira perguntar aos Vereadores do PS, vai constatar que se abstiveram, mas a sua posição foi totalmente contra a adesão do Município à “ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais”. Disse que pelo que lhe foi transmitido, só não votaram contra para manter a coerência em relação à votação da Assembleia Municipal.

Lembrou que a votação que ocorreu na AM foi com os votos a favor do PSD e abstenção de todos os restantes membros, e que na reunião de Câmara houve dois Vereadores que votaram contra, tendo o PS dito que só não votava contra para não ir contra a votação ocorrida na AM, o Sr. Presidente da Câmara, no seu entender bem, e não está a não defender a AM, absteve-se, e dessa forma a adesão não foi aprovada.

Salientou que este assunto só veio à AM neste mandato por uma questão de delicadeza e de responsabilidade institucional, porque senão já deveria ter vindo há mais tempo. Por isso, disse, não foi o Presidente da AM que quis por sua vontade que a AM aderisse à “ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais”, mas foi o Presidente da AM e a Mesa que devido a reiteradas comunicações da Associação dirigidas a esta Mesa e à anterior, trouxe o assunto ao órgão, porque a AM de Castelo de Paiva simplesmente nunca lhe deu resposta, e que isso sim é uma indelicadeza institucional.

Concluiu, referindo que a resposta está dada; a AM de Castelo de Paiva não vai aderir à “ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais”, e não vê que a Mesa e o seu Presidente tenham feito uma não defesa da AM.

De seguida colocou à votação o voto de pesar proposto pelo membro Paulo Teixeira pelo falecimento da Sra. Damascena Augusta Nogueira da Costa, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

O membro Filipe Costa (GMPS) usou da palavra para propor um voto de solidariedade da AM para com o povo ucraniano.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) interveio novamente para dizer que concordava com a proposta, devendo acrescentar-se também a solidariedade para com o povo russo que se tem manifestado contra a invasão da Ucrânia pela Rússia.

O Sr. Presidente da AM referiu que se acrescentaria no fim o texto sugerido pelo membro Paulo Teixeira (UCPT).

O membro Filipe Costa (GMPS) interveio novamente para dizer que, se fosse possível, dever-se-ia materializar o voto de solidariedade proposto com o seu envio às embaixadas Russa e Ucraniana.

O Sr. Presidente da AM interveio novamente para dizer que terá de se verificar o protocolo de comunicação entre entidades institucionais. Disse que daquilo que lhe é dado a conhecer, pensa que uma entidade pública (Câmara/Assembleia) não se pode dirigir a uma embaixada a não ser através do Ministério do Negócios Estrangeiros, fazendo o respetivo pedido, pelo que, quando a AM tiver a resposta já este acontecimento terá passado da ideia e, sendo a ata pública, pensa que será suficiente.

De seguida colocou o voto de solidariedade à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para se associar aos parabéns endereçados ao Sporting Clube Paivense, à sua direção e aos seus atletas.

Informou que teve uma reunião com a empresa “Infraestruturas de Portugal” a propósito da construção da rotunda do Coto, na qual a empresa

aprovou a sinalização da obra. Disse que se os automobilistas respeitarem os limites de velocidade não terão problemas.

Lamentou a invasão da Ucrânia por parte da Rússia. Disse que o Município está disponível para receber Ucranianos.

Informou que a construção de passeio na Rua Mário Sacramento não estava prevista no projeto inicial. Disse que já contactaram o proprietário dos terrenos (já têm autorização) e que o passeio será executado pela Câmara Municipal durante a próxima semana.

Felicitou o Governo eleito, e o Sr. Primeiro-Ministro, referindo que o povo sabe em quem votar e que as eleições são a prova disso mesmo.

Disse que espera que a conclusão da Variante à EN 222 seja uma realidade, porque já têm vindo a enganar os Paivenses há muitos anos, esperando que a obra se inicie e conclua em breve (tem a garantia que a obra será concluída até 2025), estando a aguardar que o novo Ministro das Infraestruturas e da Habitação tome posse para que se inicie a obra.

Sobre a realização da feira quinzenal de Sobrado, disse que conforme o membro Fátima Strecht (GMPS) se deve recordar, o Conselho de Ministros aprovou uma resolução a propósito da pandemia que alargou do dia 1 ao dia 14 de janeiro o recolher obrigatório e o recurso ao teletrabalho, pelo que o executivo municipal apenas fez por cumprir uma determinação do Conselho de Ministros. Disse que consultada a Delegada de Saúde relativamente à Feira de 21 de janeiro, e não havendo imposição nem desta, nem do Governo, fez-se aquela feira, sem tem a ver com qualquer ação de campanha que estivesse programada (estiveram várias forças partidárias nessas ações de campanha).

Em relação ao facto de o camião dos CTT circular pela Rua Direita, explicou que tal se deve não só em função da obra de requalificação da Rua Mário Sacramento, mas também porque os CTT estão sediados no centro da vila e terem forçosamente de utilizar a via, sendo que, o restante trânsito também utiliza aquela rua. Disse que concorda que as lajetas são demasiado finas e não estão preparadas para o trânsito de veículos pesados,

e não só, mas é o que temos, e que a fiscalização vai continuar atenta enquanto durar a garantia da obra no sentido de exigir ao empreiteiro a substituição das lajetas que partirem.

Relativamente ao Cavalete do Fojo, respondeu que foram contempladas no projeto todas as especialidades.

Quanto ao entulho que está a sair do edifício “Marmoiral”, disse que estará a ser entregue num local de recolha de resíduos, porque em qualquer licença que saia da Câmara Municipal, o que está previsto é que havendo entulho, esse material é entregue nos locais apropriados. Disse que no seguimento da intervenção do membro Paulo Teixeira sobre o assunto numa reunião de Câmara, na qual identificou o local onde os resíduos estariam a ser depositados, enviou a fiscalização municipal ao local, tendo esta informado que não havia ali entulho depositado, que seria apenas um depósito de terra (vai pedir as guias de depósito ao empreiteiro para que as possa partilhar com toda a AM).

Sobre a construção do IC35, informou que o executivo municipal está a acompanhar a situação, estando previsto o troço não só já até Rans, mas também até Entre-os-Rios, no âmbito do “PRR – Plano de Resolução e Resiliência”. Disse que está à espera que seja nomeado o Ministro das Infraestruturas e da Habitação para poderem continuar a lutar por esta obra muito importante para o concelho.

Informou que o Centro de Formação de Lousada resulta de uma deliberação tomada na “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” no decorrer do mandato do anterior executivo municipal, pelo que, com muita pena para Castelo de Paiva, esse Centro de Formação irá para Lousada.

Deu nota que reuniu com o “IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional” a propósito da reconstrução do “CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas”. Disse que o projeto está a ser elaborado, e que durante a passada semana foi efetuada uma visita ao local por técnicos de

engenharia para verificar se é possível a reconstrução, ou se é necessária a demolição e a construção de novo edifício.

Referindo-se à intervenção do membro Paulo Teixeira em relação à toponímia, disse que os nomes das ruas foram deliberados com a participação de todas as Juntas de Freguesia. Disse que o que conta é a homenagem e o respeito pelas pessoas.

Relativamente às fossas da Adroia, informou que vai reunir brevemente com a empresa “Simdouro” (já enviou comunicações a este propósito), sendo juntamente com 82% do território que não tem saneamento, uma prioridade para o executivo Municipal. Referiu que, infelizmente, conforme disse o membro Jorge Quintas (GMMPPM), e bem, a “CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte” informou que a oportunidade para a construção de infraestruturas já ocorreu, pelo que os apoios para esta área poderão não ser garantidos, o que obrigará a um esforço muito grande do executivo municipal ao nível dos seus capitais próprios. Informou que Castelo de Paiva, Baião e Felgueiras estão a trabalhar de forma concertada para tentarem obter uma discriminação positiva pelo atraso que têm nesta área.

Concluiu, referindo que, infelizmente, o crime ambiental que se verifica na Adroia verifica-se também noutras pontos do nosso concelho, pelo que vai insistir com a empresa “Simdouro” para resolver o problema.

Informou que as obras a executar nas freguesias estão entregues aos serviços municipais para a elaboração de orçamentos e projetos, para que se possa entrar em obra ainda durante o início do 2.º Semestre do corrente ano.

Referindo-se à intervenção do membro Rocha Pereira no âmbito da adesão à “ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais”, disse que o órgão executivo deliberou conforme achou que tinha de deliberar, ouvindo todos os Vereadores.

Sobre a obra de requalificação do arruamento de Curvite, esclareceu que ainda está dentro do prazo, e explicou que não tem passeios porque o

projeto inicial não os previa, nem as bocas-de-incêndio e as condutas de águas pluviais. Disse que os serviços municipais estão a analisar o processo para se incluir na empreitada os passeios, as bocas-de-incêndio e as condutas de águas pluviais.

Quanto ao trânsito no alto de Vegide, disse que é uma questão que é discutida há muitos anos. Defendeu que colocar aquela via com sentido único seria uma solução pior, sendo que essa discussão será feita na Comissão Municipal de Trânsito.

Informou que o Chafariz foi objeto de uma intervenção no mandato do anterior executivo municipal, sendo que, infelizmente, o problema não está resolvido. Disse que vai ver com os serviços municipais qual é a melhor solução para o problema.

Informou também que a fiscalização municipal já foi alertada para o problema do saneamento no lugar da Lixa, sendo mais um problema para resolver a este nível.

Esclareceu que a obra de requalificação da Ponte Centenária de Pedorido não está parada, os trabalhos estão a decorrer em estaleiro.

Relativamente à construção da rotunda do Côto, disse que não fica mal dizer que o projeto é do anterior executivo municipal, sendo que a obra deveria ter sido concluída a 31 de dezembro de 2021, tendo o atual executivo garantido financiamento até ao dia 10 de fevereiro, que foi quando se iniciou a obra. Referiu que a obra vai ser concluída, e como é normal, quando há transição de executivos as obras e compromissos que transitam do executivo anterior têm de ser assumidos pelo novo executivo, porque a Câmara Municipal tem de ser uma pessoa de bem.

Deu nota que as faixas de gestão de combustível estão a ser executadas.

Deu também nota que será presente a reunião de Câmara um concurso público para a redução das perdas de água no concelho, uma vez que segundo a ERSAR o Município está a pagar 1.700.000 m³ de água por ano e a faturar 600.000 m³, ou seja, temos um desperdício de água de 70% no concelho, o que é preocupante. Disse que essas perdas de água advêm do



W. Andrade

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. _____

mau estado da rede, pelo que, uma das principais preocupações do executivo municipal será controlar esse desperdício de água que está a ser paga à empresa “Aguas do Douro & Paiva”, principalmente numa altura em que tanto se fala das perdas de água.

Informou que o Seixo é importante, bem como a criação de pontos de água e a manutenção dos existentes para o combate aos incêndios florestais.

Em relação ao polidesportivo da Soalheira, informou que o equipamento está cedido a uma associação da freguesia (direito de superfície).

Salientou que as dificuldades financeiras do Município subsistem, nunca ninguém as escondeu. Disse que é verdade que o anterior executivo municipal deixou 700.000,00, mas passados 15 dias pagou 1.800.000,00; há 2.000.000,00 que foram comprometidos pelo anterior executivo municipal; há os compromissos para cumprir com a banca. Referiu que a gestão por prioridades é que pode dar mais ou menos resultados, que é isso o que irão fazer.

Referindo-se à intervenção do membro Carlos Trindade (GMPSD), informou que as obras no Palácio da Justiça estão a decorrer conforme o previsto no caderno de encargos. Disse que o ideal teria sido encontrar um espaço alternativo para alojar os serviços enquanto decorre a empreitada.

Informou que as quotas devidas pelo Município à “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” estão em dia (estará por pagar o mês de janeiro de 2022).

Informou também que é intenção do executivo municipal realizar os festejos do S. João e a Feira do Vinho Verde, da Gastronomia, do Lavrador e do Artesanato.

Sobre a notícia publicada no “Jornal de Notícias” relativa à conclusão da variante à EN 222, esclareceu que a informação que tem da empresa “Infraestruturas de Portugal” é a de que a obra terá de ser concluída até 2025, pelo que, presumia que tenha havido um erro na notícia do jornal.

O membro Fátima Strecht (GMPS) interveio novamente para dizer que em relação à empreitada a decorrer no Palácio da Justiça, além das obras, existe também o problema dos maus cheiros oriundos do saneamento.

4. Apreciação da informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para felicitar o membro Vanessa Pereira (GMPSD) por ter feito o resumo da sua participação enquanto representante da AM na primeira reunião do “Conselho da Comunidade do ACES – Agrupamento de Centros de Saúde do Vale do Sousa – Tâmega/Sul”, que é algo que deve ser feito por qualquer membro que represente a AM num grupo de trabalho, numa comissão, porque a elencagem, só por si, da atividade daquilo que cada um dos membros do executivo municipal vai fazendo, não traz qualquer acrescento aos membros da AM. Deu o exemplo da reunião relativa à “ELH – Estratégia Local de Habitação” na qual o Sr. Presidente disse estar presente, em que era importante saber o que foi tratado nessa reunião; o exemplo da visita que o Sr. Presidente da Câmara fez aos equipamentos desportivos, tendo perguntado como é que os encontrou; da ERSAR, relativamente a uma situação que preocupa a população de Sobrado que é a “Fonte do Povo”, referindo que no executivo anterior estavam colocadas placas a informar que a água era controlada ...

O Sr. Presidente da AM interrompeu a intervenção do membro Paulo Teixeira (UCPT) para dizer que neste momento estão a analisar a atividade escrita da Câmara Municipal.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) retomou a sua intervenção referindo que uma vez que o Sr. Presidente da Câmara deu nota que teve uma reunião com a ERSAR, estava a perguntar se foi tratada a questão da “Fonte do Povo”, porque há muita gente que lá vai buscar água que neste momento não está a ser controlada.



*W.H.
António Rocha*

Fls. _____

Disse que o Sr. Presidente da Câmara também referiu que vão haver ações de formação, tendo perguntado que tipo de ações de formação e qual é a entidade formativa.

Deu nota que nos últimos dois pontos é referido que, e citou: "... substituição de contadores da água ...", e no ponto a seguir: "... colocação de novos contadores ...", tendo dito que acha que é a mesma coisa (Vice-Presidente da Câmara disse que não era a mesma coisa).

Disse que na atividade da Câmara Municipal não estão expressas todas as reuniões que o Sr. Presidente da Câmara Municipal teve a propósito da auditoria que pretende fazer, bem como, as reuniões do Grupo de Trabalho "O Testamento do Conde de Castelo de Paiva" em que participou.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para questionar o Sr. Presidente da Câmara se pretendia responder às questões colocadas pelo membro Paulo Teixeira, ou se fica para depois se enviar por escrito.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que a reunião já vai longa, e já passou o ponto relativo aos assuntos gerais de interesse autárquico onde poderiam ter sido colocadas aquelas questões pelo membro Paulo Teixeira. Sugeriu ao membro Paulo Teixeira (UCPT) que formule as questões por escrito, que ele próprio também responderá por escrito.

O Sr. Presidente da AM interveio novamente para dizer que este ponto é precisamente a apreciação da informação escrita, ou seja, apreciar o documento que foi escrito e não propriamente pedir esclarecimentos do que lá vem escrito. Disse que, conforme recomendação aprovada pela anterior AM, a Câmara Municipal informou que vai a breve trecho melhorar as condições do documento, porque não podem querer que numa AM o Sr. Presidente da Câmara explique oralmente todas as reuniões em que participou, porque senão seriam necessárias três horas só para este ponto.

O membro José António Rocha (GMPS) usou da palavra para dizer que não concordava com a intervenção do Sr. Presidente da AM, porque neste ponto podem colocar questões relativas à atividade da Câmara Municipal. Disse que não compreendia a situação de um membro da AM ter pedido

um esclarecimento ao Presidente da Câmara e este ter-se recusado a dar essa informação, tendo ainda o Sr. Presidente da AM sublinhado isso.

O Sr. Presidente da AM esclareceu que o que disse foi questionar o Sr. Presidente da Câmara se quereria responder agora ou se pretendia prestar a informação posteriormente, porque acha que o período antes da ordem do dia deveria durar no máximo uma hora e já vão com duas horas e meia, pelo que, dado o adiantado da reunião, e para não prejudicar o período da ordem do dia (é o mais importante), e como o Sr. Presidente da Câmara disse, e bem, as respostas poderiam ser dadas por escrito.

Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se queria acrescentar alguma coisa; se podia avançar com a reunião?

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que se podia avançar com a reunião. O membro Paulo Teixeira (UCPT) interveio novamente para fazer um voto de protesto, porque este é um ponto da ordem de trabalhos em que se debriçam sobre a atividade da Câmara Municipal, e se mais não houvesse, há ali uma questão de saúde pública. Disse que se o Sr. Presidente da AM acha que de todas as perguntas que fez, a maior parte pode ser respondida por escrito, há uma que “ontem é tarde, porque a “Fonte do Povo” deveria ser uma prioridade para resolver, uma vez que a Câmara Municipal colocava placas, reiterando que a água não é controlada, é uma questão de saúde pública.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que a água da “Fonte do Povo” é analisada constantemente. Disse que só não consta o sinal a indicar que a água é potável, porque isso obriga à colocação de cloro na água: os valores da água estão bons, a água é boa e é controlada, e que se algum dia a água der imprópria será colocado o devido sinal em nome da saúde pública. Referiu que se algum dos membros da AM tiver dúvidas sobre a qualidade da água, podem consultar na Câmara Municipal os resultados de todas as análises feitas ao longo dos últimos anos e meses e que demonstram que a água tem qualidade.

Deliberação: A AM tomou conhecimento.

Período de Intervenção do Públíco

5. Intervenção do Públíco

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para propor que mesmo não havendo inscrições para este período de intervenção do público, que se desse a oportunidade de o público presente intervir. Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

O munícipe Carlos Novais, residente na UF de Sobrado e Bairros, usou da palavra para dizer que espera ver cumprida a promessa eleitoral relativa à transmissão em direto das sessões da AM através das redes sociais, porque acha que o povo, e Castelo de Paiva, iria certamente ficar surpreendido com muitas coisas que se vão passando na AM.

Deu nota que a Rua Manuel Moreira da Silva, que vai da Rotunda dos Combatentes ao Centro de Saúde de Castelo de Paiva, foi fruto de uma intervenção de uma entidade privada para a ampliação da rede elétrica. Disse que um dos passeios foi danificado e, para obviar o problema, colocaram uma base de cimento que certamente será agora reposto, tendo solicitado um ponto de situação.

Perguntou se a obra de requalificação do Largo do Conde já está concluída e se já foi entregue pela construtora? Disse que há situações que a população acha estranhas, designadamente, as lajes são repostas, mas estão constantemente partidas e vão continuar a estar.

Perguntou também se o executivo municipal tem a intenção de fazer alguma alteração de fundo ao projeto existente daquela obra, designadamente, a criação de lugares estacionamento temporário, conforme reunião que terá sido realizada com os comerciantes do Largo do Conde. Disse que não sabe se o anterior executivo municipal deixou uma herança pesada, ou não, mas sabe que deixaram o Largo totalmente desfigurado, totalmente o contrário daquilo que foi apresentado numa cerimónia muito bem estruturada a nível de maquetes.

Defendeu que o Largo não é funcional, atrapalha o comércio local, causa dificuldades tanto aos residentes, como a quem visita o nosso centro da Vila.

Deu nota de uma situação que considerou lamentável que gostava que o Sr. Presidente da Câmara reportasse aos serviços. Disse que se deslocou à Câmara Municipal, porque houve atrasos compreensíveis fruto da pandemia, sobre as faturas eletrónicas da água, mas que não podia aceitar que os serviços lhe enviem um e-mail a justificar o atraso, no qual se revelam todos os e-mails, de todos os clientes que têm a fatura eletrónica. Referiu que no atual contexto de proteção de dados, decidiu transmitir em Assembleia Municipal que irá dar nota na reunião de Câmara, e que também irá apresentar nos serviços um pedido de esclarecimento, porque, conforme hoje foi o e-mail, amanhã podem ser outros dados quaisquer.

Concluiu, dando nota que o Chafariz era limpo todas as semanas, mas já não é limpo desde o passado Natal.

O munícipe José Adelino Nunes, residente em Gração, UF de Sobrado e Bairros, usou da palavra para perguntar se há algo de novo relativamente à Casa da Boavista?

O Sr. Presidente da Câmara, referindo-se à intervenção do munícipe Carlos Novais em relação à Rua Manuel Moreira da Silva, respondeu que o empreiteiro já foi notificado e foi-lhe dado prazo para retificar os danos provocados no passeio.

Sobre a obra de requalificação do Largo do Conde, respondeu que ainda não foi feita a receção definitiva da obra. Disse que têm sido assinalados vários trabalhos pela fiscalização pelo não cumprimento por parte do empreiteiro, inclusivamente, no que concerne aos jardins, porque não estarão conforme o que terá sido idealizado pelo arquiteto, e nem conforme foi contratado pela Câmara Municipal, pelo que, o empreiteiro terá que fazer essas retificações.

Em relação ao estacionamento, confirmou que foi abordado por todos os comerciantes da zona da Vila.

Disse que, efetivamente, houve numa apresentação pública na qual se garantiu a criação de 40 lugares de estacionamento.

Informou que o que eu disse aos comerciantes foi que iria falar com o arquiteto para que faça uma alteração que permita a criação de oito estacionamentos em paralelo, de curta duração, junto ao Cruzeiro.

Sobre a questão dos e-mails, respondeu que o executivo teve conhecimento e já estão a tomar diligências no sentido de averiguar o que é que aconteceu, e que não volte a acontecer. Disse que terá sido um erro que não voltará a acontecer.

Referindo-se à intervenção do município José Adelino Nunes, informou que a Comissão está a trabalhar. Disse que no último Sábado tiveram a oportunidade de reunir e visitar a Quinta da Boavista, e que em breve será apresentado o relatório à Assembleia Municipal.

Salientou que é um processo com muitos anos, não surgiu agora, o Senhor Conde já faleceu em 1997, esperando que se possa encontrar o mais depressa possível uma solução viável tanto para o Município, como para todos os Paivenses, para que aquele património não continue a degradar-se. O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que fariam agora uma interrupção de cinco minutos antes de passarem para o período da ordem do dia.

Período da Ordem do dia

6. Apreciação e deliberação sobre Proposta de Regimento da Assembleia Municipal e Regulamento de Transmissão em Direto das Reuniões das AM.

6.1. Votação da Proposta de Regimento Assembleia Municipal.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que este ponto versa sobre a proposta de Regimento da AM e de Regulamento de Transmissão em Direto das Reuniões da AM. Disse Que a proposta contém as propostas dos Grupos Municipais e movimentos de cidadãos aqui representados, esperando que todos os membros da AM tenham tido a oportunidade de terem dado os seus contributos dentro dos GM a que pertencem, pelo que,

vão fazer a apreciação dos dois documentos em conjunto, e depois votarão cada um deles em separado.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Carlos Rocha (GMMPPM), usou da palavra para dizer que o documento tem algumas insuficiências na sua redação. Disse que há também o problema da grelha com os tempos de intervenção, que na sua opinião coarta muito o tempo de intervenção das pessoas que queiram emitir a sua opinião na AM, e também reduz em muito a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, pelo que, gostaria que este assunto fosse adiado para outra reunião para se resolver este problema muito importante respeitante à intervenção dos membros da AM enquanto cidadãos eleitos.

Referiu que o que é importante nas sessões da AM é haver bom senso, e perceber que não é preciso uma grelha, podendo o Sr. Presidente da AM, sempre que entenda, fazer calar um membro que esteja a exagerar no tempo e conteúdo da sua intervenção.

Concluiu, referindo que dada a importância do assunto, e dado o avançar da hora, adiar o seu debate, com outro tempo de estudo, para uma próxima AM.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para dizer que aprovaram o texto final na reunião de Conferência de Líderes, e que a única questão que os fez divergir foi na questão do tempo (ele, e o seu movimento de cidadãos estão em minoria).

Disse que ouviu dizer muita coisa, mas que nunca pensou dizer o que ia dizer a seguir, porque entrou na AM com um sentido de voto, e entra neste ponto com outro sentido de voto, dado que quando ouviu as intervenções iniciais a falar da Rússia e daquilo que a Rússia está a fazer à Ucrânia, numa AM em que um membro faz perguntas e lhe dizem que se o Sr. Presidente da Câmara quiser lhe responde por escrito, quando o Presidente da Câmara é convidado desta Assembleia, pelo que, face àquilo que lhe fizeram hoje na Assembleia Municipal, chega à conclusão de que o que está previsto nas grelhas é cortar a voz a quem quer falar. Disse que podem

limitar em termos de tempo, e o Sr. Presidente da AM tem essa autonomia, conforme já fez consigo nesta Assembleia.

Concluiu, referindo que depois do que se passou nesta AM, é um dia negativo para a democracia de Castelo de Paiva.

O membro Jorge Quintas (GMMMP) usou da palavra para dizer que enquanto representante do GMMMP no grupo de trabalho, entende que o Regimento que está hoje presente para aprovação tem o contributo de todos. Disse que expressou sempre a sua discordância quanto à limitação de tempo para o uso da palavra, porque os Paivenses e os membros da AM merecem poder falar livremente (não quer dizer que não haja liberdade). Referiu que se tivesse sido eleito Presidente da AM nunca poderia limitar os tempos de intervenção, os esclarecimentos que são pedidos, dando o exemplo que se este Regimento já estivesse aprovado, o Sr. Presidente da Câmara já tinha esgotado o seu tempo de intervenção previsto na grelha.

Defendeu que no global o Regimento não está mau, mas que não pode concordar com o documento, porque é redutor, castrador do que as pessoas queiram dizer.

Propôs que se retirasse do ponto da ordem de trabalhos.

O membro Rodrigo Pereira (GMMMP) usou da palavra para também ele propor que se retirasse o ponto da ordem de trabalhos.

Disse que a grelha de intervenções é facilmente dispensável, e de seguida deu nota das seguintes correções a fazer ao documento: no artigo 3.º, n.º 1, a alínea x) deve ser w); no artigo 10.º, cortar o n.º 1; no artigo 31.º, cortar o n.º 1; no artigo 42.º, não se fala nada relativamente a faltas injustificadas; no artigo 49.º e 51.º, cortar o n.º 1; no artigo 54.º, segue-se o capítulo V e não o VI; no artigo 63.º, Secção 2, cortar o n.º 1 e corrigir a ordem das alíneas; artigo 65.º, cortar o n.º 1 e corrigir a ordem das alíneas; corrigir a ordem dos capítulos VII, VIII e IX.

Concluiu, reiterando o seu pedido para que se retire o ponto da ordem de trabalhos, e que se elimine a grelha de intervenções do documento.

O membro Carlos Trindade (GMPSD) usou da palavra para dizer que foram realizadas muitas reuniões, muitas horas de discussão, a propósito da elaboração desta proposta de Regimento. Disse que não pode aceitar que tendo sido discutida a questão da grelha na última reunião, dizer-se que a mesma é castradora e vai contra a liberdade, porque, que saiba, a Assembleia da República também tem limites de tempo, e aqui ninguém quer coartar o direito a falar a ninguém, apesar de considerar que o tempo que as AM por vezes duram é excessivo, e com a grelha quer-se procurar balizar o seu tempo de duração.

Referiu que se cada um dos membros da AM tivesse intervindo o tempo que já interveio, eram seis da manhã e ainda estariam aqui.

Reiterou que a grelha não é para coartar seja o que for, pelo que não pode aceitar isso em relação ao GMPSD.

Referiu que o documento foi apreciado por todos, tendo lamentado, não sabendo se o Sr. Presidente da AM vai colocar à consideração a retirada do ponto, mas se o fizer, acham que isso deveria ter sido votado em primeiro lugar, e em resultado dessa votação apreciariam, ou não, o Regimento (já está a ser apreciado).

O membro Jorge Quintas (GMMPPM) interveio novamente para dizer que o membro Carlos Trindade (GMPSD) sabe perfeitamente, porque estiveram nas reuniões da Conferência de Líderes, que houve o contributo e o empenho de todos. Disse que falhou porque não deu atenção ao pormenor, tendo pedido a colaboração de um membro do GMMPPM que ajudasse a rever o documento, e que não está aqui para atrapalhar, mas sim, para arranjar um bom Regimento e para poderem falar livremente.

Referiu que não disse que o membro Carlos Trindade (GMPSD) tinha dito que estavam a castrar, que foi ele próprio que falou nisso, porque quando estão a tentar impor um tempo para usar a palavra, estão a limitar o uso da mesma, sendo nesse sentido que usou o termo castrador/redutor.

Salientou que as propostas do MPM são no sentido de melhorar o documento, facilitar a sua consulta e melhorar a gestão da AM.

Concluiu, referindo que na reunião da Conferência de Líderes opôs-se à grelha de tempos de intervenção e deu os seus contributos na última reunião.

O membro Rocha Pereira (GMPS) usou da palavra para perguntar à Mesa se considerou como proposta, ou propostas, algumas das intervenções que foram feitas?

O Sr. Presidente da AM respondeu que a Mesa está a ouvir todas as opiniões, a seguir fará a sua intervenção, e se o que foi dito oralmente se transformar numa proposta é sua obrigação colocá-la à votação.

O membro Rocha Pereira (GMPS) interveio novamente para perguntar se, pelo que entendeu, a Mesa entende que a proposta deve ser feita por escrito?

O Sr. Presidente da AM respondeu que não.

O membro Rocha Pereira (GMPS) disse que isso era importante para o GMPS, saber se a Mesa considera que deve haver discussão e votação sobre adiar, alguém falou, e também houve quem falasse em adiar o ponto. Disse que para o GMPS, em função da resposta a dar àquela pergunta, é muito importante saber para poderem dar uma justificação em relação àquilo que é o seu entendimento.

Referiu que a partir do momento em que há um deputado que faz uma proposta de adiamento ou retirada do ponto, s.m.o, a Mesa deveria agarrar-se a isso e questionar, porque o que assistiram foi a intervenções que ao mesmo tempo propunham a retirada do ponto, mas não obstante, discutiram o Regimento: se é para discutir, é uma coisa, se é para retirar, é outra, e que a posição do GMPS vai resultar do que a Mesa entenda disso mesmo.

O Sr. Presidente da AM interveio novamente para dizer que ainda não ouviu uma razão válida para que o documento não seja votado, porque todas as sugestões que foram feitas à Mesa são acomodáveis, e o facto de ser tarde não é motivo, dado que a próxima sessão da AM de abril vai englobar a apreciação da prestação de contas. Disse que, naturalmente, a Mesa não iria por o Regimento antes da aprovação da prestação de contas,

ou seja, estariam certamente numa hora mais tardia de que a de hoje a apreciar este documento; este documento não tem uma semana, nem duas: a primeira proposta do documento foi entregue ao líder da UCPT e aos líderes dos GM ainda em novembro, e depois disso já tiveram várias reuniões informais para o discutir e chegar a esta proposta final.

Lembrou que todos os GM apresentaram as suas propostas, que foram integradas no documento, e para as que não foram integradas foi dada a devida justificação, que foi aceite por todos.

Salientou que todas as propostas que chegaram de ajuste ao texto, que agradeceu, são pormenores que lhe escaparam e que são facilmente corrigíveis, pelo que não vê nenhuma razão válida para que o documento seja avaliado em data posterior, porque relativamente ao seu conteúdo, tirando a questão das grelhas que causam discordância à UCPT e ao MPM, que também já tinha sido demonstrada na reunião da Conferência de Líderes, naturalmente, o GMPSD e GMPS tiveram entendimento diferente. Disse que essa questão foi levada à reunião da Conferência de Líderes, e naturalmente as maiorias são de prevalecer.

Defendeu que não lhe parece que as grelhas sejam castradoras, tendo tentado ao construí-las que todos os GM e Grupos de Cidadãos representados nesta AM, e nas futuras, tenham um tempo mínimo de intervenção, e só depois desse tempo mínimo é que o tempo restante é distribuído proporcionalmente pela representação que resultou das últimas eleições. Referiu que isso é válido para o período antes da ordem do dia e para o período da ordem do dia, assim como, existe um número no artigo 27.º sobre o uso da palavra que possibilita a existência de permutas de tempo entre o período da ordem do dia e o período antes da ordem do dia, precisamente para, em Assembleias que possam ter um menor conteúdo no período da ordem do dia, poderem dedicar mais tempo ao período antes da ordem do dia.

Concluiu, dizendo que dada esta justificação, que passava a palavra aos proponentes para que digam se mantêm a sua proposta no sentido de se retirar o ponto da ordem de trabalhos.

O membro Jorge Quintas (GMMPM) manteve a sua proposta para que se retire o ponto da ordem de trabalhos.

Disse que o Regimento que está em vigor adapta-se perfeitamente, não vendo necessidade premente da resolução desta situação.

O membro Vanessa Pereira (GMPSD) usou da palavra para dizer que pensava que vinham aqui hoje para aprovar um Regimento sobre o qual foi dada a oportunidade aos GM para contribuir com as suas propostas, que já havia um acordo sobre o documento.

Concluiu, referindo que se for para retirar o ponto da ordem de trabalhos, que expliquem para que é que existe a Conferência de Líderes.

O membro Jorge Quintas (GMMPM) interveio novamente para dizer que o membro Vanessa Pereira (GMPSD) não tinha estado atenta, porque senão teria ouvido o Sr. Presidente da AM dizer que ele já tinha manifestado a sua discordância na reunião da Conferência de Líderes, pelo que não houve acordo nessa reunião em relação aos tempos de intervenção.

O membro Carlos Trindade (GMPSD) interveio novamente para dizer que efetivamente existem as reuniões da Conferência de Líderes, e que nunca se esquece da primeira em que se discutiu e acertou a disposição dos lugares, na qual o MPM aceitou, e depois enviou um e-mail a colocar à votação e ganhou a disposição que estava, é o respeito que se tem, e que agora estão a querer fazer o mesmo com o Regimento.

Disse que o membro Jorge Quintas (GMMPM) estava lá, como ele esteve; discutiu-se as grelhas, tendo-lhe o membro Manuel Mendes explicado o porquê das grelhas; no final, o Presidente da AM perguntou se alguém tinha alguma coisa a dizer, mas ninguém disse mais nada, todos concordaram e hoje têm o Regimento.

Referiu que o GMPSD antecipa que se o Sr. Presidente da AM colocar à votação que votarão favoravelmente à discussão do Regimento no dia de hoje.

O Sr. Presidente da AM usou novamente a palavra para dizer vai colocar à votação.

Deu nota que não vai reunir mais os GM para discutir o Regimento. Disse que tirando as propostas que chegaram hoje à Mesa para a correção de algumas gralhas, a Mesa não vai abrir a discussão ao documento, ou seja, na próxima AM vai trazer o documento igual, com as mesmas alterações.

Referiu que se regem por maioria, quer alguns queiram ou não, pelo que se o documento está cá hoje, e fez questão de o referir que quer o UCPT, quer o MPM não concordaram com as grelhas, mas a maioria decidiu que este documento vinha à sessão de hoje para votação, por isso é que não percebe porque é que está a ser adiado, porque não vê nada de significativo que possa ser mudado de hoje para a próxima AM, a não ser que a maioria assim o entenda. Assim como, referiu, a maioria da AM pode a todo o tempo mudar o Regimento.

De seguida colocou à votação a proposta apresentada pelo GMMPM para que se retire o ponto da ordem de trabalhos.

Deliberação: Deliberado por maioria, com 11 votos contra do GMPSD e 16 votos a favor do GMPS, do GMMPM e do UCPT, retirar o ponto da ordem de trabalhos.

6.2. Votação da Proposta de Regulamento de Transmissão em Direto das Reuniões da AM.

Deliberação: Deliberado por maioria, com 11 votos contra do GMPSD e 16 votos a favor do GMPS, do GMMPM e do UCPT, retirar o ponto da ordem de trabalhos.

O membro Vanessa Pereira proferiu, em nome do GMPSD, a seguinte declaração de voto:

“– O nosso voto contra a retirada deste ponto prende-se com a deliberação que foi tomada na Assembleia de Líderes.

Fomos conscientes e coerentes com aquilo que decidimos na votação da Assembleia de Líderes, pena é que outros partidos não tenham feito o mesmo, e pena é que nem todos representem os seus membros na Assembleia Municipal.

Por parte do PSD, o nosso líder Carlos Trindade representa na sua totalidade o Grupo Municipal, e por isso nós mantemos o que ele decidiu na Assembleia de Líderes.

Acho que é altura de alguns reverem as suas posições.”

O Sr. Presidente da AM disse que também tinha de dar nota, principalmente para o PS, dizendo-lhe que se não está de acordo com o seu líder que o mude, ou então que mande outro representante para as reuniões da Conferência de Líderes, porque começa a ser frequente o GMPS tomar uma posição nessas reuniões e chegar à AM e fazer de conta que não tinha lá o líder. Disse que se não está satisfeito com o seu líder, que deve refletir internamente se o líder não representa bem os membros e tomar a decisão que deve tomar.

O membro Giselda Neves proferiu, a título pessoal, a seguinte declaração de voto:

“– De facto, já vivi aqui em mandatos anteriores, uma discussão que quase colocou esta Assembleia que representa de facto os Paivenses, em situação muito critica. Foi dos piores momentos que se viveu, e na altura questionei a minha permanência na Assembleia.

O meu sentido de voto quando entrei aqui era um e, mudei, porque, ou todos dialogamos como adultos, porque isto não é guerra Ucrânia/Rússia, PSD/PS, ou o que quer que seja.

Nós somos todos adultos e muito capazes de chegar a um Regimento que agrade a todos, que nos faça sentir bem com as regras que nos regem aqui. Realmente o nosso líder representa-nos, mas já em discussão o nosso problema maior estava com os tempos, e temos que assumir que o grande problema está sempre com os tempos: olhe, experimentamos sem tempos,

ou então, experimentamos uma ou duas Assembleias com tempos e, não nos agradando, pedimos uma alteração ao Regimento.

Mas se estamos todos a verificar que a questão está nas grelhas, não se limita, e cada um de nós tem de preparar as Assembleias para naquele ponto antes da ordem do dia não estarmos aqui duas horas e meia: em reunião distribuem-se os assuntos, e não precisar de estar aqui constantemente a repetir as mesmas coisas.

Digo sinceramente, o meu sentido de voto era um quando iniciei. Quando eu vejo que o Regimento vai ser um ponto de discórdia, outra vez a ser adiado, não nos agrada, paciência, mas vamos ter mesmo de falar.

E também não vamos ficar aqui de “finca-pé” numas grelhas. Se olharmos todos uns para os outros, e olhos nos olhos, o que é que nos está a causar desconforto: as grelhas, a limitação de tempo – retira-se!”

O Sr. Presidente da AM usou novamente a palavra para dizer que só estranha que a proposta das grelhas tenha vindo do PS para garantir a proporcionalidade das intervenções na AM.

7. Apreciação e deliberação - Conselho Municipal da Saúde.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dar uma nota prévia.

Deu nota que a legislação que suporta a descentralização de competências na área da saúde prevê a criação de um Conselho Municipal de Saúde, e prevê também que o Regimento desse conselho seja aprovado em sede da Assembleia Municipal, e que seja eleito para esse conselho um Presidente de Junta em representação das freguesias.

Referiu que a AM na sua sessão de 26 de novembro de 2021, à luz do que era na altura a Comissão Municipal de Acompanhamento da Saúde, deliberou que nessa comissão, conforme o próprio Regimento o determina, fossem eleitos como representantes da AM um membro de cada partido ou grupo de cidadãos aqui presentes.

Informou que com a criação deste novo Conselho Municipal da Saúde, as funções da Comissão Municipal de Acompanhamento da Saúde ficam esvaziadas, porque passam para aquele conselho, e como tal, por

deliberação da maioria na reunião da Conferência de Lideres, e seguindo também a sugestão dos serviços municipais, vai-se começar por propor à AM que revogue a deliberação tomada na AM de 26 de Novembro de 2021, para que os membros que foram eleitos não fiquem com um mandato numa comissão que não tem funções.

7.1. Revogação da Deliberação da AM de 26/11/2021 - Eleição dos representantes da AM na Comissão Municipal de Acompanhamento da Saúde.

Deliberação: Deliberado por unanimidade revogar a deliberação da AM de 26/11/2021.

7.2. Votação do Regimento do Conselho Municipal da Saúde.

Deliberação: Apreciado e aprovado por unanimidade.

7.3. Eleição do Presidente da Junta de Freguesia para representação das Freguesias no Conselho Municipal da Saúde.

Foram apresentadas as seguintes listas:

- Lista A (única), apresentada pelo GMPSD, encabeçada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, Carlos Manuel da Silva Moreira.

Da votação, por escrutínio secreto, resultou que a Lista A obteve 18 votos, tendo-se registado 6 votos em branco e 3 nulos.

Deliberação: Eleito para representante das Freguesias no Conselho Municipal da Saúde o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, Carlos Manuel da Silva Moreira (GMPSD).

8. Apreciação e deliberação de proposta de prorrogação do prazo de transferência das competências para o Município no domínio da ação social.

Presente uma proposta do Sr. Presidente da Câmara que ficará arquivada na pasta anexa à presente ata.

Deliberação: Apreciada e aprovada por unanimidade.

9. Apreciação e deliberação de recomendação à CM - Parque das Tílias e espaços adjacentes.

Presente a seguinte recomendação à Câmara Municipal apresentada pelo membro José António Rocha (GMPS) para apreciação e deliberação.

"Recomenda-se à Câmara Municipal que inclua no seu planeamento urbanístico, nomeadamente no previsível novo Plano de Urbanização da Vila de Sobrado, a ambição de que sobre o espaço da Frutuária/Parque das Tílias, edifícios e espaços adjacentes, Quinta da Bafareira - com ligação à Quinta da Boavista - e os terrenos que descem até ao Vale de Alvarigos/Rio Sardoura, num futuro próximo aqueles espaços se transformem num amplo e sustentável espaço de cultura, lazer e recreio."

O membro José António Rocha (GMPS) usou da palavra para dizer que esta recomendação nasceu de diligências que têm vindo a ser feitas por algumas associações do concelho, nomeadamente, pela "ADEP – Associação de Defesa e Estudo do Património Histórico e Cultural de Castelo de Paiva" e pelo "Grupo Desportivo e Cultural de Castelo de Paiva".

Disse que ao longo da sua existência a "ADEP – Associação de Defesa e Estudo do Património Histórico e Cultural de Castelo de Paiva" tem vindo a tentar junto da Câmara Municipal defender os edifícios junto à antiga fábrica da manteiga, no sentido de que seja possível afetá-los a fins culturais, nomeadamente, um museu ou algo parecido, para a conservação de inúmeros objetos.

Deu nota que além disso, outra ideia que já tem sido apresentada no âmbito das revisões do "PDM – Plano-Diretor Municipal" e da elaboração de planos, mas que nunca foi seguida pelo Município, que tem a ver com a criação de um parque urbano, porque Castelo de Paiva não tem um parque onde se possa fazer desporto e passar algum tempo ao ar livre, conforme acontece noutras Municípios.

Referiu que considerando que recentemente foi aprovado um "PDM – Plano-Diretor Municipal", e que com essa aprovação foi revogado o Plano de Urbanização, é expectável que a Câmara Municipal possa ter a necessidade de elaborar um Plano de Urbanização para a Vila de Sobrado.

Explicou que a proposta encaixa aí, ou seja, que numa futura elaboração de um instrumento urbanístico, se tenha presente esta ideia: conservar e proteger aqueles edifícios com um destino cultural, e ao mesmo tempo associar ali uma faixa de terreno que vai da zona da Bafareira ao fundo do Vale, ao fundo da Av. General Humberto Delgado (não está em questão os metros do terreno), para a criação de um parque urbano.

O membro Carlos Trindade (GMPSD) usou da palavra para dizer que o GMPSD acolheu com alguma surpresa, ou não, esta proposta.

Disse que não percebem porque é que a proposta não foi apresentada aquando da revisão do “PDM – Plano-Diretor Municipal”, em particular pelo membro José António Rocha, enquanto munícipe.

Deu nota que numa hipotética aceitação desta proposta, a imagem que estão a dar aos municíipes é a de que se fez uma revisão do “PDM – Plano Diretor-Municipal”, uma parte desses terrenos está numa zona edificável, mas não vão poder construir. Questionou se um desses municíipes der entrada na Câmara Municipal de um processo de licenciamento de construção de obra nova, com que base legal é que os serviços vão indeferir esse licenciamento?

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para dizer que pretendia dar um pequeno contributo, porque o PS e o PSD aprovaram o “PDM – Plano-Diretor Municipal” por unanimidade, por isso esta proposta que não é nova, já tinha sido anteriormente apresentada pela “ADEP – Associação de Defesa e Estudo do Património Histórico e Cultural de Castelo de Paiva” aquando de uma revisão do plano (não foi considerada), tem cabimento, porque os edifícios aquando da revisão do Plano de Urbanização estavam classificados para museu municipal. Disse que a revisão não precisa de ser daqui a dez anos, pode ser feita a qualquer momento, sendo que a compensação quanto à questão da edificação, está-se a falar de dois proprietários de terrenos que vão da “rotunda do vinho verde” até à Camosa, se as coisas forem bem analisadas com os proprietários, até como forma de compensação ao Município de áreas a

ceder para futuras urbanizações, podem ali ceder amplos espaços, porque uma parte significativa dos terrenos ali falados não são zona “edificandi”. O membro José António Rocha (GMPS) interveio novamente para frisar que não falava em áreas, que não dizia que era este ou aquele espaço. Disse que o ideal seria apanhar toda a zona da Bafareira, mas que não é obrigatório ser isso, e que também falou na zona de Alvarigos que é zona não “edificandi”.

Explicou que esta ideia já tem vindo a ser colocada, mas nunca teve seguimento.

Deu nota que na sessão da AM em que foi aprovado o “PDM – Plano-Diretor Municipal”, em que participou e votou a favor, criticou o executivo do PS por não ter incluído esta ideia no plano, pelo que, pessoalmente, está tranquilo relativamente a esta questão.

Concluiu, referindo que a AM é soberana e decidirá se é uma recomendação com algum cabimento, ou não.

O membro Vanessa Pereira (GMPS) interveio novamente para dizer que à parte de ser uma recomendação e de a proposta não estar exatamente igual à apresentada na AM anterior, porque a anterior tinha mais limitações do que a atual, ouvindo as justificações do membro José António Rocha percebe que votou a favor do “PDM – Plano-Diretor Municipal” apesar dessa recomendação.

Questionou como é que vão dizer às pessoas que têm uma expectativa sobre o “PDM – Plano-Diretor Municipal” que têm esta recomendação, quando anteriormente também a poderiam ter feito, designadamente, no decurso do mandato anterior, apesar do plano ter sido aprovado no final do ano e de ter havido várias Assembleias em que a recomendação poderia ter sido feita.

Perguntou qual é a área concreta sobre a qual vai ser apresentada a recomendação, percebendo que o membro José António Rocha corrigiu a proposta, porque a proposta anterior recomendava que a Câmara Municipal não aprovasse projetos que fossem apresentados para aquela área, o que era

algo que era complicado de justificar, reiterando que convinha clarificar qual é a área concreta para a qual vão fazer aquela recomendação.

O membro José António Rocha (GMPS) respondeu que o que interessa é a ideia, e que quanto à área, que dependia da ambição e da capacidade do Município, não estavam ali a definir o mapa.

De seguida, o Sr. Presidente da AM colocou a recomendação à votação.

Deliberação: A AM deliberou por maioria, com 15 votos a favor (10 do GMPS, 3 do GMMMP e 2 do UCPT), 3 abstenções (2 do GMPSD e 1 do GMMMP) e 9 votos contra do GMPSD, aprovar a recomendação à Câmara Municipal.

O Sr. Presidente da AM apresentou a seguinte declaração de voto:

“– Eu votei contra precisamente no seguimento da intervenção da Vanessa Pereira.

Eu próprio, na instrução deste ponto, tinha pedido ao proponente que pudesse fazer uma melhor e mais detalhada proposta de recomendação, que pudesse inclusive detalhar qual era a área geográfica, ainda que pudéssemos ter mais, ou menos ambição.

Com a redação que está eu não sei qual é a área que está em causa na recomendação, e por isso o meu voto contra foi nesse sentido, por achar que uma recomendação da Assembleia ao órgão executivo merece um aprofundamento maior do que se recomenda.”

O membro Carlos Trindade (GMPSD) proferiu, a título pessoal, a seguinte declaração de voto:

“– O meu voto contra prende-se com o facto desta questão da área, ou seja, eu considero que efetivamente um parque urbano, a seu tempo, será uma mais-valia para Castelo de Paiva.

Contudo, eu estava na expectativa que me apresentassem uma delimitação da área a ser intervencionada, ainda que futuramente, sejam mil, sejam dois mil, sejam dez mil, e exatamente qual seria a área abrangente.

Fiquei sem perceber, fiquei confuso, estava à espera de mais, dai o meu voto.”

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho de Sardoura, Francisco Silva (GMPSD), proferiu a seguinte declaração de voto:

“– Eu só me abstive por não conhecer exatamente a área. Eu penso que é determinada área, mas não tenho a certeza.”

O membro Vanessa Pereira (GMPSD) proferiu a seguinte declaração de voto:

“– O meu voto contra prende-se com a minha intervenção: em primeiro lugar, deixar aqui claro que todos nós queremos um parque para Castelo de Paiva. Anteriormente o que se entendia por parque era a intervenção que foi feita na Quinta do Pinheiro, isso é que era um parque, naturalmente já temos todos a ideia que não é isso que entendemos de um parque urbano, e por isso, naturalmente, sou a favor desse parque urbano.

Em relação a esta proposta, o meu voto contra prendeu-se, em primeiro lugar, porque o “PDM – Plano-Diretor Municipal” foi revisto há muito pouco tempo, mas o tempo suficiente para esta proposta ter sido apresentada antes, tendo em conta que a revisão do “PDM – Plano-Diretor Municipal” foi liderada pelo PS, enquanto esta proposta é agora apresentada por um membro do PS, o que é no mínimo estranho.

Por isso, eu era incapaz de votar a favor uma proposta que não consegue delimitar de que área estamos a falar.

Por isso, foi-nos aqui pedido para votarmos um “nim”, a área é esta, e dai o meu voto contra.

Nada contra a proposta em si, e contra as pretensões, que já percebemos, da “ADEP – Associação de Defesa e Estudo do Património Histórico e Cultural de Castelo de Paiva”.

10. Informação para apreciação e conhecimento da AM:

10.1. Declaração de Compromissos Plurianuais.

A AM tomou conhecimento.

10.2. Listagem de Compromissos Plurianuais – 4.º trimestre de 2021.

A AM tomou conhecimento.

10.3. Declaração de Pagamentos em Atraso – ano de 2021.

A AM tomou conhecimento.

10.4. Declaração de Recebimentos em Atraso – ano de 2021.

A AM tomou conhecimento.

10.5. Relatório de Atividade da CPCJ de Castelo de Paiva – 2021.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que endereçou um convite à Presidente da “CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens”, Professora Giselda Neves, para apresentar o relatório daquela comissão referente ao ano de 2021.

A Presidente da “CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens”, Professora Giselda Neves, deu início à apresentação do relatório pedindo desculpa pelo formato do documento, explicando que o seu formato decorre da plataforma onde inserem os dados e que é controlada pela Comissão Nacional que coordena as quase 400 comissões que existem a nível nacional.

Informou que a “CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens” funciona em duas modalidades: uma modalidade alargada a quinze membros, em que várias forças da comunidade têm que estar presentes, algumas mesmo de forma muito obrigatória, que é constituída, por exemplo, por um Professor a tempo inteiro do Ministério da Educação (ela própria); elementos do Município; da Segurança Social e da saúde. Disse que na altura em que elaboraram o relatório havia uma entidade sem representante, mas que, entretanto, já foi designado no seguimento da realização da reunião da “Comissão Municipal da Cultura, Desporto e Juventude”, a Sra. Adélia Tavares.

Deu nota que no ano de 2021, e devido à situação pandémica, tiveram um volume processual um pouco menor do que o normal, tendo acompanhado 126 crianças e jovens, o que é ainda bastante. Disse que esse acompanhamento significa que, depois de sinalizar, trabalham a problemática, quer pelo acompanhamento dessa criança e jovem, quer também no acompanhamento à família e tentando resolver o problema devido ao qual a criança chegou à Comissão.

Explicou que pedem sempre a colaboração de muitas instituições e outras entidades concelhias, nomeadamente, das IPSS, das escolas, da “GNR – Guarda Nacional Republicana”, instituições de saúde, etc. Disse que ultimamente têm tido muita colaboração da parte de hospitais centrais, nomeadamente, na parte das pedopsiquiatras, e que reúnem muito com o Hospital de São Sebastião, em Penafiel.

Relativamente ao volume processual, informou que contrário de outros concelhos, quem sinaliza mais são os estabelecimentos de ensino e a “GNR – Guarda Nacional Republicana” (na totalidade do ano de 2021 tiveram 25 sinalizações por parte daquela força de segurança). Disse que isso deve-se sobretudo à problemática mais complicada do concelho, que é a violência doméstica, o que não quer dizer que as crianças sofram de violência física, mas que assistem à violência que existe dentro de casa e, portanto, do ponto de vista emocional e psicológico, são mesmo afetadas.

Salientou que são muitos comportamentos que verificam quando as professoras, sobretudo no primeiro ciclo, educadoras, e mesmo as funcionárias da escola, são agredidas por meninos. Referiu que isto significa que muitas vezes é a repetição de comportamentos que elas vivem em casa e, portanto, é um problema que vão vamos ter que debater no concelho muito brevemente.

Perspetivando o ano de 2022, disse que vão ter que trabalhar todos enquanto comunidade na problemática associada ao enorme consumo de álcool e, relacionado com esse consumo, outro problema relativamente ao qual quando vai às reuniões do “ACES – Agrupamento de Centros de Saúde do Vale do Sousa – Tâmega/Sul” fica numa situação complicada, porque temos problemas relacionados com a saúde mental sobre os quais o “Conselho Municipal de Saúde” tem de se debruçar para se encontrar algumas soluções.

Informou que tiveram 13 sinalizações dos estabelecimentos de ensino, que podem decorrer de comportamentos desviantes, agressivos, as faltas e alguns consumos. Disse que os familiares também vão sinalizando estas

situações, a própria Comissão quando tem conhecimento, o Ministério Público também está agora a sinalizar, as IPSS com seis casos, os estabelecimentos de saúde, com um caso, normalmente isso acontece em hospitais centrais quando nasce um bebé e as condições não são as melhores, eles pedem à Comissão para se averiguar, sendo que, às vezes são as situações que mais temem, a par das sinalizações que dizem respeito a crimes de natureza sexual que são logo encaminhadas para o Ministério Público, porque exige a intervenção da Polícia Judiciária e, nessa situação, a Comissão não trata dos casos.

Deu nota que quando os hospitais informam a Comissão do nascimento de bebés, naquela altura é sempre muito complicado, porque quando o hospital faz isto já está a pensar numa adoção e, portanto, em dar alta à mãe sem ela trazer o bebé, pelo que, têm de agir muito rapidamente, procurar uma rede familiar que esteja na retaguarda para a mãe poder sair com o bebé e a Comissão poder acompanhar.

Referiu que é colocada sempre a questão de porque é que abrem sem informação? Disse que isso não é propriamente verdade, que é pelas denúncias anónimas que às vezes sabem mesmo quem são, porque as pessoas identificam-se, mas não querem que no processo conste o seu nome, e, portanto, é uma forma também de sinalizar com total privacidade. Disse que mesmo quando vai para o Ministério Público, a Comissão retira a peça que tem a identificação de quem sinalizou.

Deu nota do muito apoio que têm da Câmara Municipal, porque muitas das negligências têm a ver com os parcos recursos económicos, pelo que, precisam da colaboração da ação social da autarquia em estreita colaboração com a Comissão.

Salientou que pretendem evitar em 2002 que as crianças e jovens cheguem à Comissão, tendo para tal de trabalhar na área da prevenção. Disse que reuniram uma comissão alargada muito motivada, e que durante o mês de abril, que é o mês da prevenção dos maus-tratos infantis, vão ter várias iniciativas com visibilidade.

Explicou que a Comissão tem tido sempre um papel muito discreto, pelo que não estão a gostar de serem conhecidos por, nomeadamente, dizerem, e citou "... olha, ou te portas bem ou vais para a Comissão....", porque a Comissão não é uma prisão, ou ainda "... ou vocês olhem pelos vossos filhos ou eles são-lhes retirados...", porque a Comissão não tem poder para retirar, ou melhor, a Comissão tem poder para retirar numa situação de emergência que aplicam quando uma criança está em perigo de vida, ou em risco extremo, mas retira e comunica ao tribunal para ser colocado.

Explicou também que quando a Comissão coloca uma criança ou jovem numa instituição tem de haver acordo. Disse que a família tem que estar de acordo, bem como o jovem, se tiver mais de 12 anos, o que às vezes acontece, tendo a Comissão ao longo destes 11/12 anos colocado em instituições aí umas 7/8 crianças.

Salientou que às vezes, sobretudo os jovens, por consumos, nunca estão de acordo, não assinam e o processo segue para o tribunal.

Esclareceu que a grande diferença entre o tribunal e a Comissão é que a Comissão, quando a família ou jovem não está de acordo, cessa a intervenção, e o tribunal não, decreta, e ao decretar, o jovem, ou até uma criança, tem que ser institucionalizada.

Esclareceu também que quando se propõe a institucionalização, os nossos jovens ou crianças nunca podem ir para um quarto no "CAT - Centro de Acolhimento Temporário", que agora tem outra designação. Disse que normalmente são colocados longe, porque se o meio não os conseguiu proteger, não convém que a criança fique no mesmo concelho.

Anunciou que no próximo mês de abril, no âmbito da prevenção dos maus-tratos infantis, a Comissão vai realizar algumas iniciativas bastante visíveis. Disse que vão pedir a colaboração da Associação de Pais para construir, como em todos os concelhos constroem, o laço azul, que é o símbolo contra os maus-tratos.

Deu nota que vão tentar construir o laço azul humano com t-shirts azuis, e que o Sporting Clube Paiense também se irá associar num dos jogos,



eventualmente, em abril, com a colocação de um laço azul no campo de futebol.

Concluiu, referindo que também será colocado um laço no centro da Vila com a colaboração das IPSS; tentar ter o edifício da Câmara Municipal iluminado a azul; distribuir os lacinhos azuis nas fábricas e no comércio local mediante conversa prévia com os diretores das fábricas, os diretores das IPSS, para ver se o concelho vai estar à frente na luta para a promoção dos direitos das nossas crianças.

A AM tomou conhecimento.

Período de Intervenção do Público

11. Intervenção do Público.

Não houve intervenções.

A sessão foi encerrada às 1:15 horas, tendo-se aprovado, por unanimidade, a minuta, nos termos e para os efeitos previstos no nº.3, do artigo 57º. da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente,

O 1º. Secretário,

António Marques

A 2ª. Secretária,

Ana Tânia da Costa da Rocha